

ATA NÚMERO 82/XII/2ª SL 25.setembro.2012 – 15h00

Aos 25 dias do mês de setembro de 2012, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na Sala 3, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia
- 2. Aprovação das atas das reuniões anteriores
- 3. Comunicações do Presidente
- **4.** Petição n. º 149/XII/1ª, da iniciativa da Associação Nacional de Professores de Educação Visual e Tecnológica (APEVT) que "Defendem a continuação da disciplina de Educação Visual e Tecnológica no 2º ciclo do Ensino Básico" 15h00
 - Audição dos peticionários
 - Deputado Relator: Maria Ester Vargas (PSD)
- Audiência com o investigador Dr. Roberto Moreno da Fundação Geolíngua -Apresentação do projeto da Geolíngua - 16h00
- 6. Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à criação de uma ação da União de apoio às capitais europeias da cultura para os anos de 2020 a 2033 [COM(2012) 407].
 - Apreciação e votação do parecer
 - Deputado autor do parecer: Michael Seufert CDS-PP
- 7. Renovação do protocolo de colaboração da Consultora da Comissão de Educação, Ciência e Cultura para o Parlamento dos Jovens Dra. Julieta Sampaio.
 - Deliberação
- 8. Outros assuntos
- 9. Data da próxima reunião

Dia 02.outubro.2012 - 15h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP, registando-se a ausência dos do PCP, BE e PEV.

2. Aprovação das atas das reuniões anteriores



As atas das reuniões dos dias 18 e 19 de setembro foram aprovadas por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP, registando-se a ausência dos do PCP, BE e PEV.

3. Comunicações do Presidente

- **3.1.** O Presidente da Comissão deu conhecimento da baixa à Comissão de várias iniciativas legislativas.
 - Projeto de Lei 279 (PEV) Altera o Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de março, de modo a garantir adequação do programa de leite escolar.

Dado que a iniciativa está agendada para discussão no Plenário em 26-09-2012, foi deliberado que a Comissão não emitirá parecer.

• Projeto de Lei 283 (BE) - Programa faseado de distribuição gratuita e criação de bolsas de empréstimo de manuais escolares na escolaridade obrigatória.

A iniciativa está agendada para discussão no Plenário em 03-10-2012, pelo que não haverá apresentação da mesma na Comissão, sendo o respetivo parecer apreciado na reunião de 02-10-2012. O PSD indicou a deputada Emília Santos para ser a autora do parecer.

- Projeto de Lei 289 (PCP) Garante a vinculação dos professores contratados e promove a estabilidade do corpo docente das escolas.
 - O Presidente informou que o Projeto de Lei em causa é distribuído ao PSD, o qual indicará depois o autor do parecer.
- <u>Projeto de Lei 291 (PCP)</u> Aprova a Lei-Quadro da Ação Social Escolar no Ensino Superior e define os apoios específicos aos estudantes.
 - O Presidente informou que o Projeto de Lei em causa é distribuído ao PS, o qual indicará depois o autor do parecer.
- Projeto de Lei 290 (PCP) Define o regime de certificação e adoção dos manuais escolares, garantindo a sua gratuitidade.

A deputada Emília Santos (PSD) será a autora do parecer desta iniciativa, dado que há identidade de matéria da mesma com o Projeto de Lei 283 (BE).

 Projeto de Resolução 457 (PCP) - Recomenda o pagamento das compensações por caducidade dos contratos dos professores.

Tendo o Presidente da Comissão questionado se a iniciativa se destinava a ser discutida na Comissão ou se era requerida a discussão no Plenário, o deputado Miguel Tiago (PCP) pediu uma semana para comunicar a opção do respetivo Grupo Parlamentar.

3.2. Foram distribuídos os relatórios da audição dos subscritores da Petição n.º 163/XII e da audiência concedida à Ordem dos Psicólogos. Em relação ao primeiro, não se verificou



nenhuma intervenção. Em relação ao relatório da audiência concedida à Ordem dos Psicólogos, foi deliberado adiar a sua apreciação para a reunião seguinte, para se confirmar uma indicação do mesmo.

3.3. Em relação ao calendário das audições dos membros do Governo, e na sequência da proposta remetida pelo Governo, a Comissão deliberou apresentar a seguinte contraproposta:

	MEC	SE Cultura	MAAP/SEDJ
1ª audição	17 de outubro/2012	16 de outubro/2012	OE (Data a definir)
2ª audição	OE (Data a definir)	OE (Data a definir)	5 de fevereiro/2013
3ª audição	05 de março/2013	19 de março/2013	9 de abril/2013
4ª audição	28 de maio/2013	11 de junho/2013	4 de junho/2013

4. Petição n. º 149/XII/1ª, da iniciativa da Associação Nacional de Professores de Educação Visual e Tecnológica (APEVT) que "Defendem a continuação da disciplina de Educação Visual e Tecnológica no 2º ciclo do Ensino Básico" – 15h00

A delegação dos peticionários era constituída pelos professores José Alberto Braga Rodrigues (Presidente do Conselho Nacional da APEVT) e Carlos Alberto Sousa Gomes (membro do Conselho Consultivo da APEVT).

Os peticionários referiram que o <u>Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho</u>, que aprovou a reorganização curricular dos ensinos básico e secundário, consagrou a eliminação da disciplina de Educação Visual e Tecnológica (EVT) do currículo, com redução de tempos e de professores, realçando que não foram disponibilizados estudos que defendam essa solução.

Acrescentaram que a disciplina é muito importante para a formação em áreas mais abrangentes e indicaram que antes da alteração de 2004 havia 3 tempos para Educação Visual e 5 para Trabalhos Manuais. Realçaram que atualmente o programa e o manual são de Educação Visual e Tecnológica e as metas curriculares são para Educação Tecnológica e para Educação Visual, defendendo que se verifica uma desarticulação entre os vários elementos.

Propõem que se mantenha a disciplina de Educação Visual e Tecnológica e indicaram que há muitos professores da mesma com muitos anos de serviço, que vão agora ser sujeitos a uma grande instabilidade. Argumentaram ainda que se tem vindo a reduzir o currículo escolar e receiam que se venham a verificar mais reduções nesta área, no futuro.

Interveio de seguida a deputada Maria Ester Vargas (PSD), relatora da petição, que referiu que o Ministério da Educação e Ciência fez uma alteração curricular com prioridade para as disciplinas estruturantes, que têm sequência na formação e a nível profissional e que a



disciplina não é eliminada, mas antes desdobrada dentro da área de Educação Artística e Tecnológica, deixando-se à escola, no âmbito da sua autonomia, a gestão dessa área.

Defendeu ainda que a medida corresponde a uma opção política, que foi adotada na sequência duma ampla discussão, propondo que se aguarde a implementação da mesma e os seus efeitos.

O deputado Acácio Pinto (PS) indicou que a opção tomada pulverizou em 2 disciplinas o que se queria reduzir e informou que o PS pediu a apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, mas a maioria PSD/CDS-PP não permitiu que resultassem consequências dessa apreciação. Questionou quem pode concorrer agora a estes grupos. Referiu que deixar tudo para a autonomia é hipócrita e defendeu que se verifica um desinvestimento do Ministério no saber fazer, concluindo que se gerou instabilidade sem melhorias.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que de harmonia com um estudo da Rede Eurydice, Portugal tem muitas horas letivas globais, mas mais nas disciplinas não estruturantes e mesmo depois da recente revisão curricular, continua a haver uma grande carga horária. Salientou que a área da Educação Artística e Tecnológica continua a ter 270 minutos por semana. Por último, defendeu que discorda da análise da alteração curricular com base na defesa corporativa, realçando que a reforma deve ser vista na perspetiva da defesa da família, dos alunos e do ensino.

O deputado Miguel Tiago (PCP) informou que o PCP propôs a suspensão da revisão curricular e a manutenção do par pedagógico, realçando que a revisão visa reduzir a carga horária e os professores e responder às propostas da Troika.

A deputada Ana Drago (BE) indicou que o Ministério recebeu muitos contributos, mas não lhes deu atenção, realçando que a disciplina de EVT é importante e tem uma grande taxa de sucesso. Referiu ainda que o Ministério defende a opção da concentração nas disciplinas estruturantes, considerando menos importante o ensino artístico.

Os peticionários, na intervenção final, referiram que esperam que o PS, quando voltar a ser Governo, altere a revisão curricular. Mencionaram que desde 89/91 se têm verificado cortes sucessivos, referenciando ainda a eliminação da disciplina de Educação Tecnológica no 3.º ciclo e questionando se o Ministério estará a preparar a eliminação de EVT no futuro.

Recordaram que em 2011 foi pedida a suspensão da reorganização curricular, tendo o CDS-PP justificado o pedido com a falta de um novo programa, mas agora foi concretizada a revisão mesmo sem novo programa.

Referiram que atualmente deve haver 1.000 a 1.500 professores com outras atividades, nomeadamente em Atividades de Enriquecimento Curricular e com funções em mais de uma escola. Por último, transmitiram que a cultura e as artes são muito importantes e a opção atual em relação a EVT origina uma limitação na sequência para as áreas de arquitetura e artes visuais.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio e o documento entregue pelos peticionários na ocasião, encontra-se disponível na página da Comissão, na internet.

5. Audiência com o investigador Dr. Roberto Moreno da Fundação Geolíngua - Apresentação do projeto da Geolíngua - 16h00

O Sr. Presidente da Comissão apresentou as boas vindas aos Srs. Roberto Moreno e Joaquim Candeias e justificou o agendamento da audiência em Comissão com a originalidade do



projeto, que cruza duas áreas da competência desta Comissão: por um lado a cultura e por outro o desporto.

O Sr. Roberto Moreno fez uma breve apresentação do projeto, que tem como principal objetivo a promoção da língua portuguesa e de todo o seu potencial. Comemorando-se no dia 27 de junho de 2014 os 800 anos do documento régio mais antigo, escrito em língua portuguesa, que é o testamento de D. Afonso II, datado de 27 de junho de 1214, pretende aproveitar o grande evento que decorrerá no Brasil, em 2014 - o Mundial de Futebol-, para a realização de um conjunto de atividades sócio culturais, com vista à difusão da língua portuguesa e do bilinguismo, contando, para tal, com o apoio dos Mistérios da Cultura dos 8 países da CPLP.

Acreditando que, deste modo, poderá impulsionar a economia mundial, fez referência aos vários contactos já estabelecidos, junto da Sociedade Portuguesa de Autores, de Plácido Domingo, dos Ministérios/Secretarias de Estado da Cultura, entre outros. A propósito dos 8 séculos da língua portuguesa que se pretende comemorar, recorreu à numerologia para se referir às inúmeras coincidências em torno deste número.

A Sra. Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) felicitou o Sr. Roberto Moreno pela forma apaixonante como defende a língua portuguesa, entendendo que a lusofonia deverá ser um espaço da nossa cultura mas também de investimento.

- O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) saudou o Sr. Roberto Moreno pela forma entusiasmante e pela força e veemência com que se refere à língua portuguesa. Agradeceu a exposição e felicitou-o pelo projeto, que pretende aproveitar um evento planetário para a promoção da língua portuguesa que, acredita, nos projetará a todos para um futuro que se quer melhor.
- O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) disse conhecer bem as vantagens competitivas do conhecimento das línguas e saudou a ideia da celebração da língua portuguesa com base no testamento de D. Afonso II.
- O Sr. Presidente afirmou que a Comissão acompanhará com interesse este projeto e referiu-se às diligências que pretende tomar, por entender que esta comemoração teria um enorme impacto a nível internacional.
- O Sr. Roberto Moreno agradeceu as intervenções e reafirmou o enorme potencial da língua portuguesa, considerando que poderia sair reforçado nesta grande iniciativa.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na <u>página</u> <u>da Comissão, na internet</u>.

- 6. Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à criação de uma ação da União de apoio às capitais europeias da cultura para os anos de 2020 a 2033 [COM(2012) 407].
- O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) apresentou o parecer, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registandose a ausência do BE e PEV.
- 7. Renovação do protocolo de colaboração da Consultora da Comissão de Educação, Ciência e Cultura para o Parlamento dos Jovens Dra. Julieta Sampaio.

A Sra. Coordenadora do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens, Deputada Isilda Aguincha, informou que não foi consensual, no seio do Grupo de Trabalho, a proposta a apresentar à Comissão.



Referiu que a Dra. Julieta Sampaio tem vindo a acompanhar, em fases e de modos diferentes, o programa Parlamento dos Jovens, desde 1995, o que se reconhece e valoriza. Realçou que, desde junho de 2002, a coordenação do programa passou a ser da responsabilidade duma equipa de projeto e acrescentou que a Sra. Consultora participa em algumas sessões distritais (nos distritos de Braga, Porto, Viana do Castelo, Viseu e Vila Real), registando a sua presença também nas reuniões de coordenação agendadas e nas sessões nacionais.

Num tempo em que o projeto atinge a maioridade, entende que não faz sentido a existência duma tutela que tem sido direcionada para a área da Sra. Consultora, eventualmente porque não foi solicitada noutros moldes, que tem custos e que tem sido orientada, sobretudo, para o norte do País.

Propôs, assim, em nome do PSD e do CDS-PP, que fosse dada pública nota do reconhecimento e agradecimento pela colaboração que a Dra. Julieta Sampaio prestou à Comissão de Educação, Ciência e Cultura, no âmbito deste projeto do Parlamento, e que a Dra. Julieta seja convidada desta Comissão nas sessões nacionais do programa, não se renovando o protocolo de colaboração.

- O Sr. Deputado Carlos Enes (PS) considerou que trabalho da Dra. Julieta Sampaio tem sido importante e válido para a Comissão e que os custos associados não são significativos, pelo que disse não compreender os verdadeiros motivos para a alteração do seu estatuto. Realçou ainda o facto de a Dra. Julieta Sampaio ter colaborado com a Comissão, sempre que para tal foi convidada, pelo que defendeu que a sua colaboração deverá continuar nas atuais condições.
- O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) afirmou não compreender os argumentos apresentados, considerando valiosa a colaboração da Dra. Julieta Sampaio e com custos muito reduzidos. Disse ainda esperar que esta questão não se coloque com qualquer outra pessoa, independentemente da esfera partidária. Assim, manifestou o apoio do PCP à renovação do protocolo de colaboração.
- O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) explicou o apoio à proposta apresentada pela Deputada Isilda Aguincha.
- O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) afirmou que o PS não encontra qualquer fundamentação para que não se renove o contrato de colaboração da consultora da Comissão, fazendo referência à necessidade de supervisão de qualquer projeto que, neste caso, é efetuada de forma graciosa.

A Sra. Deputada Isilda Aguincha reafirmou que chegou o momento de o programa Parlamento dos Jovens assumir plenamente a sua maioridade, afirmando que a Equipa tem pessoal qualificado e respeitado pelos Deputados da Comissão. Esclareceu ainda não existir qualquer questão pessoal, tratando-se apenas da necessidade de dar mais autonomia ao programa, e reiterou o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido no passado pela Dra. Julieta Sampaio, bem como o desejo de continuar a ver o seu nome associado a este programa e à sua memória histórica.

O Sr. Presidente submeteu à votação a proposta apresentada pelo PSD e CDS-PP, tendo a mesma sido aprovada, com os votos favoráveis do PSD e CDS-PP, os votos contra do PS e PCP, registando-se a ausência do BE e PEV.

8. Outros assuntos

9. Data da próxima reunião



A reunião foi encerrada às 17:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de setembro 2012

O PRESIDENTE

(José Ribeiro e Castro)



Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto Amadeu Soares Albergaria Ana Drago Ana Sofia Bettencourt Carlos Enes **Duarte Marques** Heloísa Apolónia Inês de Medeiros Isilda Aguincha José Ribeiro e Castro Margarida Almeida Maria Conceição Pereira Maria José Castelo Branco Michael Seufert Miguel Tiago Nilza de Sena Odete João Paulo Cavaleiro Pedro Pimpão Rui Jorge Santos Rui Pedro Duarte Ana Oliveira Elza Pais

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Emídio Guerreiro Pedro Delgado Alves

Emília Santos João Prata

Maria Ester Vargas Maria João Ávila